

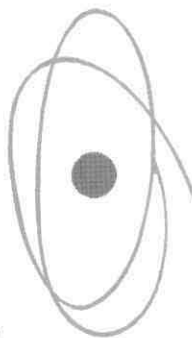
13

011

471/1989



00000.000471/1989



C A P E S

011.4 - Conselho Deliberativo (CD) - 1982/1992

15ª Reunião

19/12/1989

pasta 15

Q

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

- CAPES -

CONSELHO DELIBERATIVO

XV REUNIÃO

Data: 19 de Dezembro de 1989

Local: Sala de Reunião da CAPES

Pauta: { 1. Apresentar Diretos de Programas
2. " representante do CTC
3. Substituição Pres. de Matemática: Adilson
Gonçalves por Orlando Lopes (2º da lista)

1. Aprovação da ata da reunião anterior.

2. Aprovação do Relatório de Atividades - 1988.

3. Proposta orçamentária para 1990.

4. Outros assuntos.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CAPES

CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA XV REUNIÃO

No dia dezenove de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove realizou-se a décima quinta reunião do Conselho Deliberativo da CAPES, sob a presidência do Secretário da Educação Superior Professor Edson Machado de Sousa e a presença de José Ubyrajara Alves, Clodowaldo Pavan, Jacob Palis Júnior, Jorge Almeida Guimarães, Clóvis Machado da Silva, Michael Francis Gepp e Wilson Chagas Araújo. Justificaram a ausência: Roberto Leal Lobo e Silva Filho, José Seixas Lourenço e Armando Hermes Ribeiro Samico. A ata da reunião anterior foi aprovada sem modificações. 1. Relatório de Atividades : O Prof. Ubyrajara fez um breve relato das principais atividades de cada coordenadoria, ressaltando os resultados positivos e os problemas de execução dos diversos programas da CAPES. Após várias considerações elogiosas sobre a importância para o País e as vantagens advindas do Programa " Estudante-convênio ", e de lamentar a situação enfrentada pelo COMUT, diante da precariedade de infraestrutura das bibliotecas-base, o Colegiado aprovou o Relatório de Atividades da CAPES, referente ao exercício de 1988 . 2. Orçamento para 1990: O Prof. Edson comentou as negociações com a SEPLAN/PR, chamando a atenção para os sérios problemas que a CAPES poderá enfrentar com a absoluta falta de recursos para investimentos, o que compromete o futuro dos

3

programas de apoio à infraestrutura e à consolidação dos cursos de pós-graduação. O colegiado se manifestou intensamente sobre a necessidade de se reverter essa situação, através de uma ação vigorosa. Encerrando a sessão, o Prof. Edson agradeceu a presença de todos. Para constar foi lavrada a presente ata que será assinada pelo Presidente e por mim. Brasília, dezanove de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove.

Edson Machado de Sousa

Presidente

Gladis Calhau

Secretária

MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA CAPES

1989

1. EDSON MACHADO DE SOUSA

Secretário da Educação Superior - SESu
Ministério da Educação, 3º andar
70.040 - Brasília - DF
Fone: (061) 223-9309, 214-8675, 214-8674

2. JOSÉ UBYRAJARA ALVES

Diretor Geral da CAPES
Anexo I do MEC, 4º andar
70.070 - Brasília - DF
Fone: (061) 225-7191, 225-7332, 214-8852, 214-8853

3. CRODOWALDO PAVAN

Presidente do CNPq
Av. W/3 Norte, Quadra 507, Bloco "B" - 3º andar
70.070 - Brasília - DF
Fone: (061) 274-1055, 274-1900, 274-1155

4. JOÃO LUIZ COUTINHO DE FARIA

Presidente da FINEP
Av. Rio Branco, 124, 13º andar
20.042 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-1313, 225-7972

5. GUILHERME LUIZ LEITE RIBEIRO

Ministro Chefe do DCT
Ministério da Relações Exteriores
70.740 - Brasília - DF
Fone: (061) 226-4840, 211-6231, 211-6565

6. **CLOVIS LUIZ MACHADO DA SILVA**
Pós-Graduação em Administração da UFSC
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal, 476
88.049 - Florianópolis - SC
Fone: (0482) 33-9539, 33-9365
7. **JACOB PALIS JÚNIOR**
Vice-Diretor do IMPA
Estrada Dona Castorina, 110 - Jardim Botânico
22.460 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 294-9032
8. **JOSÉ SEIXAS LOURENÇO**
Reitor da UFPA
Av. Augusto Correa - Campus Universitário Guamã
66.000 - Belém - PA
Fone: (091) 229-1108, 229-1175
9. **ARMANDO HERMES RIBEIRO SAMICO**
Departamento de Medicina Social da UFPE
Av. Moraes Rego - Cidade Universitária
50.000 - Recife - PE
Fone: (081) 271-2444 - ramal 38
10. **ROBERTO LEAL LOBO E SILVA FILHO**
Vice-Reitor da USP
Rua da Reitoria, 109
Cidade Universitária - Butantã
05.508 - São Paulo - SP
Fone: (011) 229-1108, 212-6200
11. **JORGE ALMEIDA GUIMARÃES**
Departamento de Bioquímica da UFRJ
Caixa Postal, 68041
20.000 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 590-1841, 280-2010

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - CAPES
=====

1988
=====

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
=====

Dr. Hugo Napoleão do Rego Neto

SECRETÁRIO GERAL
=====

Dr. Luiz Bandeira da Rocha Filho

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
=====

Dr. José Camilho da Silveira Filho

DIRETOR GERAL DA CAPES
=====

Dr. Edson Machado de Sousa

1. INTRODUÇÃO

A CAPES é responsável pela coordenação e o desenvolvimento da pós-graduação brasileira. O fomento à formação de recursos humanos de alto nível destaca-se como uma de suas principais responsabilidades. Além de suas atribuições legais e do papel que desempenha no processo de desenvolvimento científico do País, a CAPES realiza enorme esforço no sentido de assegurar as condições institucionais, técnicas e financeiras necessárias para a implementação de suas ações e a manutenção regular de todos os seus programas.

O ano de 1988, como é do conhecimento de todos, foi marcado por uma série de dificuldades que afetaram o desempenho das atividades do setor público e, em particular, das agências de fomento. Essas dificuldades decorreram de políticas governamentais traçadas com o propósito de reduzir e controlar os gastos públicos e se traduziram em cortes orçamentários, com um ritmo ainda mais lento para a liberação de recursos, implementação de outras providências e na adoção de um emaranhado de exigências burocráticas para a liberação e controle da aplicação dos recursos.

No caso da CAPES, importa salientar que apesar da difícil situação orçamentária, tanto quanto possível, foram preservadas suas atividades-fim. Os efeitos mais sensíveis, no entanto, verificaram-se nas atividades-meio, as quais tiveram que passar por vários ajustes e reformulações internas.

No plano das atividades relacionadas com a coordenação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, a CAPES intensificou sua interação com a comunidade científica do País para contar com sua assessoria no acompanhamento, avaliação e análise dos programas de pós-graduação, bem como para receber sugestões e recomendações para o aperfeiçoamento de suas ações. Deste modo, a CAPES mobilizou a competência científica nacional para participar de estudos e reuniões com o objetivo de estimular a reflexão periódica sobre a situação atual da pós-graduação e avaliar suas concepções, finalidades, resultados, dificuldades e perspectivas.

Por outro lado, durante o exercício de 1988, a CAPES aperfeicou seus mecanismos de coleta, processamento e divulgação de informações relacionadas com a política de pós-graduação. Em particular, contou com a intensa e eficiente participação do Conselho Técnico-Científico e das Comissões de Consultores na elaboração de trabalhos e de relatórios técnicos, de real importância e significação para a formação de recursos humanos essenciais à elevação do nível da pós-graduação e ao desenvolvimento científico do País.

Ainda neste plano, a CAPES conta com um importante mecanismo de acompanhamento e avaliação de projetos de novos cursos de mestrado e doutorado que é o Grupo Técnico Consultivo (GTC), que além da CAPES congrega representantes do CNPq, FINEP, FAPESP, STI e EMBRAPA. O trabalho desenvolvido pelo GTC propicia um canal de aproximação entre as políticas e ações de fomento das principais agências de fomento do País.

Do ponto de vista operacional, considerando que a CAPES opera descentralizadamente, apoiada nas instituições de ensino superior, pelo menos duas dificuldades merecem ser ressaltadas. Em primeiro lugar, o corte no orçamento de manutenção da CAPES comprometeu os serviços. Os recursos destinados à manutenção foram absolutamente insuficientes para assegurar um apoio eficiente às atividades finalísticas do órgão. Uma segunda dificuldade resultou dos atrasos sistemáticos na liberação dos recursos, o que implicou em várias reprogramações no fluxo de repasse para as instituições conveniadas.

Finalmente, cumpre referir que a despeito da difícil situação orçamentária dos últimos anos, o segmento do ensino pós-graduado tem conseguido manter um nível satisfatório de atuação, com uma expansão modesta porém aceitável nas circunstâncias.

IMPLEMENTAÇÃO DO III PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

2. Implementação do III Plano Nacional de Pós-Graduação

2.1. Os mecanismos de implementação das atividades da CAPES são constituídos a par das três grandes linhas de atuação do órgão, a saber:

- Apoio institucional aos cursos de pós-graduação;
- Apoio individual, porém sempre que possível articulado institucionalmente, aos estudantes da pós-graduação;
- Apoio a programas e projetos específicos que visem à melhoria do processo educacional e à sua articulação com outros segmentos da sociedade.

Assim, o apoio institucional aos cursos de pós-graduação se efetiva através dos seguintes programas principais:

- Programa de Apoio à Infra-estrutura dos cursos;
- Programa de Apoio à Consolidação dos cursos;
- Programa de Fomento;
- Programa de Cooperação Técnica Nacional;
- Programa de Cooperação Técnica Internacional;

Os dois primeiros estão diretamente associados ao processo de avaliação do desempenho dos cursos. Desta forma, o Programa de Apoio à Infra-estrutura beneficia os melhores cursos do país (conceitos A e B na avaliação) concedendo-lhes recursos de custeio e capital de forma totalmente automática, isto é, independente de qualquer solicitação. Já o Programa de Apoio à Consolidação destina recursos aos cursos de desempenho médio (conceito C e, excepcionalmente, conceito D na avaliação), com vistas à estimular a sua melhoria e consolidação. Nesses casos, o volume de recursos se compõe de uma parcela automática e, eventualmente, de uma parcela negociada em função dos planos de melhoria apresentados pelos cursos e instituições.

O Programa de Fomento destina-se ao atendimento de necessidades conjunturais ou emergenciais do sistema de pós-graduação, às quais podem estar ligadas a cursos individualmente, às instituições ou às áreas do conhecimento. Assim, desde a concessão de passagens para deslocamento de professores, inclu

sive visitantes estrangeiros, até o apoio para a realização de seminários e congressos científicos estão compreendidos nesse Programa.

A Cooperação Técnica Nacional e Internacional tem por objetivo também o fortalecimento e melhoria da capacitação científica dos cursos de pós-graduação.

Estes dois programas se assentam basicamente em projetos de intercâmbio acadêmico. No campo internacional os programas mais significativos se realizam com a França, Alemanha e Estados Unidos. Mais recentemente programas promissores foram iniciados com a Bélgica, Canadá, China e Inglaterra. Além disso, a CAPES tem concedido apoios específicos a convênios entre universidades brasileiras e estrangeiras, independentemente da existência de programas de caráter inter-governamental. Essa atuação da CAPES se dá sempre em íntima articulação com a SEAI/SG e com o MRE.

Cabe ainda destacar, no campo da cooperação internacional Sul-Sul, o papel da CAPES no Programa de Estudantes-Convênio, que beneficia países da América Latina, África e Oriente Médio, pelo qual milhares de estudantes desses países são recebidos nas Universidades brasileiras para cursos de graduação e pós-graduação.

2.2. O apoio individual aos estudantes de pós-graduação se realiza através dos Programas de Bolsas de Estudos no País e no Exterior, contemplando cursos de Mestrado, Doutorado e Aperfeiçoamento/Especialização.

O Programa de Bolsas no País se desdobra em dois sub-programas: o Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) e o Programa de Demanda Social, o primeiro destinado a apoiar a qualificação dos docentes através de programação submetida pelas IES às quais estão vinculados, e o segundo voltado para o atendimento, através dos próprios cursos de pós-graduação, em geral de alunos sem vínculo empregatício ou com vínculo não-universitário. O Programa de Bolsas no País da CAPES é hoje o maior do Brasil tendo atribuído, em 1988, mais de 14.000 bolsas. É importante ressaltar que, com base no processo de avaliação, a CAPES só atribui bolsas para frequência aos melhores cursos do país.

Já no Programa de Bolsas de Estudos no Exterior o atendimento se dá em bases estritamente individuais. Os candidatos são analisados individual

mente pelas Comissões de Consultores Científicos da CAPES, que levam em consideração não apenas o mérito e potencial de cada candidato como também a qualidade do programa de destino, o plano de trabalho do candidato e o interesse nacional em cada área do conhecimento. Em 1988 este Programa teve um crescimento muito significativo, com a concessão de mais de 1.000 bolsas novas e a renovação de 600 bolsas. Além disso mais de 800 auxílios para visitas, estágios e participação em congressos foram concedidos.

2.3. Dentro de suas atribuições legais a CAPES procura estimular e apoiar iniciativas que visem introduzir inovações no processo educacional e de interação da universidade com outros segmentos da sociedade. Para essas ações, sempre que possível, a CAPES busca captar recursos de outras fontes em complementação aos seus próprios. Assim, pode-se mencionar, entre outros, os seguintes programas e projetos:

- **PAPS** - Programa de Apoio aos Profissionais da Saúde: já em seu quinto ano de atuação, com o apoio financeiro da Fundação W. K. Kellogg, dos Estados Unidos, este programa busca apoiar ações de integração docente-assistencial especialmente voltadas para a implementação das Ações Integradas de Saúde no contexto do SUDS. O Programa se desenvolve através de Centros Estaduais localizados em dez Universidades.

- **SPEC** - Subprograma Educação para a Ciência: no contexto do PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, desenvolvido em ação conjunta com o CNPq, FINEP e Secretaria de Desenvolvimento Industrial, com o apoio do Banco Mundial, este programa visa apoiar atividades inovadoras no campo do ensino de ciências e de matemática no 1º e no 2º Graus, bem como atividades extra-escolares de divulgação e disseminação do conhecimento científico.

- **PET** - Programa Especial de Treinamento: executado exclusivamente com recursos próprios da CAPES este programa tem por objetivo melhorar o desempenho do aluno de graduação através da orientação dos seus estudos por tutor qualificado. Pequenos grupos de alunos são colocados sob a tutela de um professor-orientador e tem as suas atividades programadas através de estudos dirigidos, participação em seminários e outras atividades que reforçam o aprendizado das disciplinas regulares do currículo.

- **PROGRAMA DE APOIO A TESES EM ÁREAS ESPECÍFICAS:** destacam-se

dois projetos nesse programa, um com a EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (extinta) e outro com o CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Trata-se de Programa através do qual, com recursos da CAPES e do órgão interessado, procura-se estimular o desenvolvimento do conhecimento em áreas específicas, em geral de caráter multi-disciplinar.

2.4. Além dessas atividades de cunho finalístico a CAPES opera diretamente ou apoia a operação de serviços de apoio às atividades de ensino e pesquisa. Dentre essas ações merecem destaque o COMUT - Serviço de Comutação Bibliográfica e o Programa de Informatização das Pro-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação.

O COMUT é operado diretamente pela CAPES, com base em um convênio com o CNPq/IBICT, e abrange hoje uma rede nacional de mais de 800 bibliotecas universitárias e outras. O serviço permite atender as solicitações de docentes e pesquisadores de todo o país de cópias de artigos especializados disponíveis nessas bibliotecas.

O Programa de Informatização das Pro-Reitorias visa dotar esses órgãos universitários de capacidade para gerar em computador as informações e dados necessários ao processo de acompanhamento e avaliação de pós-graduação e da pesquisa. O papel da CAPES se limita a conceder os meios necessários (equipamento e software) e orientar os procedimentos de coleta e tratamento de informação. Um próximo passo extremamente importante será conseguir a interligação das universidades entre si e com a CAPES e outras agências federais de fomento através de rede de processamento.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
DOS CURSOS DE PÓS - GRADUAÇÃO

1. Acompanhamento e Avaliação

O Sistema de Acompanhamento e Avaliação da CAPES visa - a partir de critérios básicos gerais e de alguns critérios relativos às peculiaridades das grandes áreas do conhecimento - estabelecer os fios condutores e o perfil da pós-graduação no País, através da análise individual dos cursos de mestrado e doutorado. Portanto, de um lado o sistema permite uma visão global da pós-graduação, pela análise atual, evolução e perspectivas dos cursos, das áreas do conhecimento e das instituições mantenedoras das atividades de ensino e pesquisa. De outro, os resultados desse acompanhamento e avaliação servem de embasamento e subsídio para diferentes ações de fomento desenvolvidas pela CAPES, principalmente as voltadas para o apoio institucional.

As fontes de informação para o processo de avaliação são provenientes de: Cadastro Geral dos Cursos, Cadastramento da Produção Científica e Ciclo de Visitas. O Cadastro Geral dos Cursos é formado por dados fornecidos anualmente pelos cursos de mestrado e doutorado, através de um formulário padronizado, que traz um volume substancial de informações sobre: características gerais do curso, corpo docente, estrutura curricular, corpo discente, linhas ou projetos de pesquisas e produção científica. O Cadastramento da Produção Científica da Pós-Graduação registra, a partir do segundo semestre de 1981, os diferentes tipos de publicações, produção técnica e artística e as teses/dissertações provenientes dos cursos.

O Ciclo de Visitas completa o processo de avaliação, permitindo focalizar aspectos qualitativos e de infra-estrutura que não podem ser captados adequadamente pelos relatórios enviados pelos cursos. As visitas são realizadas por consultores convidados pela CAPES, cobrindo todo o sistema de pós-graduação. Cada curso é visitado pelo menos uma vez num período de três a quatro anos. Contudo, cursos novos ou em processo de reestruturação podem ser visitados mais frequentemente.

O processo de Acompanhamento e Avaliação, durante o exercício de 1988, compreendeu a realização das seguintes atividades:

Avaliação de 450 cursos de mestrado e doutorado, distribuídos em 63 instituições de ensino superior.

Visitas de consultores científicos a 200 cursos de mestrado e/ou doutorado no País.

Instrução de 160 processos de credenciamento ou renovação de credenciamento para o Conselho Federal de Educação.

Análise, pelo Grupo Técnico Consultivo, de 63 projetos de implantação de novos cursos de mestrado e/ou doutorado.

Coleta e crítica de informações de 850 programas de mestrado e/ou doutorado.

Edição do Catálogo de Cursos de Mestrado e Doutorado no País.

Edição do Catálogo de Teses nas áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

Além dessas, foram também realizadas atividades de inovação:

Estudo sobre "Modelos e Práticas de Avaliação de Programas de Pós-Graduação: em busca de novas alternativas".

Desenvolvimento de novos métodos de coleta de informações sobre a pós-graduação, com a utilização da micro-informática.

Desenvolvimento de estudos diagnósticos da metodologia de avaliação implementada em 1987.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

2. Bolsas de Estudo

2.1. Bolsas de Estudo no País

Os cursos de pós-graduação no Brasil são apoiados pela CAPES através de dois programas: Demanda Social e Programa Institucional de Capacitação de Docentes. (PICD) Ambos consistem no repasse de quotas de bolsas a cursos e a instituições, não havendo, portanto, atendimento à solicitação individual.

A CAPES apoia também o Programa Especial de treinamento (voltado para a graduação) e o Programa de Apoio a Teses em Áreas específicas (voltado para a área de Pesquisa).

2.1.1. Programa de Demanda Social

A concessão de bolsas de Demanda Social visa manter a qualidade dos cursos de pós-graduação já consolidados, e aprimorar aqueles que, embora com potencial, ainda não atingiram a qualidade desejável.

Em 1988, foram implantadas várias modificações na operacionalização do Programa, entre estas a criação das "Comissões de Bolsas/CAPES", nas instituições usuárias, que passaram a ser a unidade responsável pela concessão, renovação e cancelamento das bolsas de estudo, bem como pelo acompanhamento e avaliação do desempenho acadêmico dos bolsistas.

O Programa de Demanda Social aplicou, em 1988, recursos da ordem de Cz\$ 12.394.461.900,00, para o apoio a 760 programas de mestrado e doutorado distribuídos em 63 instituições de ensino superior. Esta meta proposta foi plenamente alcançada e representou um aumento do número de bolsas em relação a 1987 e proporcionou um melhor atendimento da demanda por bolsas junto aos cursos de pós-graduação, permitindo que um número maior de alunos pudesse dedicar-se em tempo integral às atividades acadêmicas correspondentes. Uma avaliação mais precisa desse investimento somente poderá ser realizada dentro dos próximos dois ou três anos. Entretanto, através de canais informais de comunicação, já se pode aquilatar positivamente a validade desse investimento.

Todavia, três pontos merecem ser ressaltados:

As dificuldades enfrentadas na gestão do Programa Demanda Social, decorrentes do seu crescimento sem a adequada alocação de recursos humanos para acompanhar esse crescimento.

A não informatização do setor, que onerou grandemente o fluxo de atividades a serem desempenhadas.

O repasse de verbas pela Secretaria do Tesouro Nacional que implicou em atrasos sistemáticos no pagamento de bolsas. Isto resultou em pressão constante de bolsistas e da comunidade acadêmico-científica e em desgaste da imagem institucional da CAPES e do próprio MEC.

2.1.2. Programa Institucional de Capacitação de Docentes - PICD

O PICD é um programa de concessão de bolsas, destinado a docentes universitários que visa à sua formação acadêmica nos melhores cursos de mestrado e doutorado do País. O Programa envolve quase todas as universidades brasileiras e diversas escolas isoladas. As instituições particulares possuem um órgão vinculado à administração superior que é o responsável pelo planejamento, coordenação e execução da capacitação de seu pessoal docente, e pelo envio, à CAPES de um plano de ação com a especificação das prioridades da instituição.

Em função da análise dos planos de ação, as instituições recebem uma quota de bolsas de estudo para que os docentes por elas indicados, uma vez aprovados nos processos de seleção, possam realizar seus estudos pós-graduados nos cursos de mestrado e doutorado recomendados pela CAPES. Para que a bolsa seja concedida, são exigidas dos bolsistas dedicação integral ao curso e fixação de residência na localidade onde este se realiza. A partir de 1988, as atividades acadêmicas dos bolsistas PICD passaram a ser inteiramente administradas e acompanhadas pelas instituições de origem.

Foram aplicados pelo PICD recursos da ordem de Cz\$. 5.914.441.100,00, para o apoio a 123 instituições de ensino superior. Esta me

ta proposta foi atingida e o programa atendeu à solicitação de 64 bolsas de Especialização, 2.186 de Mestrado e 1.809 de Doutorado.

Assim como no Programa de Demanda Social, a CAPES tem encontrado dificuldades para avaliar o desempenho do PICD, tendo em vista o grande fluxo de atividades e a carência de recursos humanos disponíveis para executá-las, considerando que a sua operacionalização ainda não foi informatizada. Também o problema de repasse de recursos financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional para a CAPES agravou sobremaneira o atraso do pagamento dos bolsistas.

2.1.3 Programa Especial de Treinamento - PET

O Programa Especial de Treinamento visa ao melhor aproveitamento das potencialidades dos alunos de graduação que revelam pendores especiais para a atividade acadêmica e científica. Atende, portanto, a dois objetivos: melhorar a qualidade do ensino nos cursos de graduação e melhorar o nível de preparo dos candidatos a cursos de pós-graduação.

O PET consiste em identificar, nas turmas de graduação, pequenos grupos de alunos com aproveitamento escolar marcante. A estes são dadas condições para que se dediquem exclusivamente aos estudos sob a orientação de um Professor - tutor com título de Doutor (excepcionalmente com título de Mestre). Esses alunos ficam obrigados a uma programação de oito horas por dia, durante onze meses ao ano, e recebem uma bolsa de estudos concedida pela CAPES. A instituição de ensino obriga-se a fornecer condições materiais que assegurem o bom funcionamento do programa: bibliotecas, laboratórios, salas de estudos, móveis, etc. Assim, o estabelecimento de um PET envolve recursos para aplicação em material bibliográfico, bolsa ao professor-tutor e pagamento de custos indiretos. O PET resulta de convênio entre a CAPES e o órgão público ou privado interessado na formação de recursos humanos em determinadas áreas do conhecimento, podendo envolver grupos de bolsistas em diversas universidades brasileiras.

Em 1988, foram aplicados no PET recursos no valor de Cz\$.578.624.300,00, para a concessão de 1.000 bolsas a alunos dos cursos de graduação, selecionados para o Programa. Esta meta foi alcançada, atendendo ãa demanda da comunidade científica. No entanto, as dificuldades enfrentadas foram inúmeras, destacando-se ainda, o atraso no repasse de verbas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Isto implicou atrasos sistemáticos no pagamento dos bolsistas os quais, por sua vez, exerceram pressão constante, prejudicando o trabalho de gerenciamento do Programa.

O equacionamento desta questão consiste em uma ação política junto ao Ministério da Fazenda, no sentido de que o repasse de recursos financeiros para o pagamento de bolsas de estudo, hoje na rubrica de "OCC" ("outros Custeios") siga o mesmo cronograma de liberação da verba de "Pessoa".

O Programa foi imensamente prejudicado em seus aspectos acadêmicos, por não ter sido realizada a avaliação prevista para o 1º semestre de 1988 e nem efetuado o treinamento necessário aos grupos implantados naquele ano a razão destas lacunas foi a falta de recursos financeiros para as viagens de avaliação e treinamento. Este fato foi agravado pela falta de recursos humanos disponíveis para executar as tarefas previstas pelo Programa.

2.1.4. Programa de Apoio a Teses em Áreas Específicas

Com o objetivo de estimular o tratamento científico de assuntos voltados para a solução de problemas pertinentes à área de atuação de órgãos e empresas governamentais ou instituições privadas, a CAPES mantém o Programa de Apoio a Teses em Áreas Específicas. Além de contribuir para aumentar a aproximação entre os cursos de pós-graduação e órgãos setoriais públicos ou privados, o Programa possibilita a existência de um investimento complementar, que permite aos recursos humanos em formação a conclusão dos requisitos finais exigidos pelos cursos de mestrado e doutorado.

O Programa consiste em apoio destinado a viabilizar projetos de pesquisa que resultem em dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

A seleção dos candidatos, e dos respectivos temas de pesquisa, é realizada por comissões formadas por consultores da CAPES e técnicos indicados pelos co - patrocinadores do Programa, como base em documentação encaminhada pelos interessados, contendo o projeto de dissertação ou tese e outros elementos pertinentes.

2.2. Bolsas de Estudo no Exterior

A formação de recursos humanos no exterior assume particular relevo por constituir-se numa capacitação científica e tecnológica de ponta, com reflexos evidentes nas atividades de docência e de pesquisa, servindo também para o treinamento de técnicos de alto nível requeridos pelos setores públicos e privados.

Além do programa regular de concessão de bolsas, que contempla candidatos de todas as áreas do conhecimento, prioritariamente para doutorado e pós-doutorado, o Programa ainda compreende: auxílios passagem para apresentação de trabalhos em congressos científicos; e acordo com outras agências nacionais para a gerência de seus programas de qualificação de pessoal e de programas especiais.

As metas físicas propostas para 1988 foram reprogramadas de acordo com a E. M. 004, em virtude da impossibilidade do Governo Federal aprovar os recursos financeiros, suficientes para a cobertura dos custos do número de bolsas inicialmente estabelecido.

Foram aplicados, em 1988, no Programa de Bolsas de Estudo no Exterior, recursos no valor de Cz\$ 5.835.126.000,00, para a concessão de 2.000 bolsas de estudo. Esta meta foi integralmente cumprida, conforme quadro a seguir:

Areas	Bolsas Novas					Renovadas					Aux. Cong.		Total
	E	M	D	PD	SD	E	M	C	PD	SD	Passagem	Cong.	
Artes	18	25	14	03	-	02	07	18	01	-	11	06	105
C. Biológicas	05	10	23	07	06	-	04	25	-	-	03	26	109
C. Fisiológicas	08	01	12	21	13	-	-	12	01	04	08	32	112
Prof. da Saúde	63	23	36	11	08	10	05	32	02	-	22	79	291
C. Exatas/Terra	21	06	82	25	18	01	03	106	05	02	34	160	463
Engenharias	27	13	95	15	11	-	05	118	02	-	30	127	443
C. Hum. e Sociais	22	33	139	59	38	01	04	147	01	-	51	121	611
Prof. Sociais	35	33	29	13	10	02	15	43	01	-	14	51	246
Prof. Agroind.	09	07	36	07	03	-	05	23	-	01	11	30	132
Subtotal	208	151	466	156	107	16	48	524	13	07	184	632	2.512
Total	1.088					608					816		2.512

E - Especialização

M - Mestrado

D - Doutorado

PD - Pós-Doutorado

SD - "Sandwich"

2.3. Projeto MEC BID III

O Subprograma de Capacitação de Recursos Humanos do Projeto MEC BID III visa à capacitação de recursos humanos, tanto no País como no exterior, é administrado, na CAPES, parte pela CBE e parte pela CBP.

As metas do Projeto MEC BID III consistem em: supervisionar e gerir o subprograma de capacitação e treinamento de docentes e de pessoal técnico-administrativo, das instituições que o integram (o próprio Projeto).

O Subprograma Capacitação de Recursos Humanos do Projeto MEC BID III operacionaliza-se através dos Projetos:

Capacitação de Docentes no exterior no Nível de Mestrado e Doutorado (gerido pela CBE).

Capacitação de Docentes no País ao Nível de Mestrado e Doutorado (gerido pela CBP, através do PICD).

Capacitação de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo através dos Programas de Pós-Graduação "Lato Sensu" e Treinamento e Aperfeiçoamento Contínuo (gerido na CBP, através do Núcleo de Projetos Especiais).

No exercício de 1988, a participação da CAPES no Projeto de Capacitação de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo ocorreu através de:

Assessoramento ao CEDATE, quando por este solicitado, em assuntos ligados à gestão de projetos de DRH em execução pelas IES conveniadas. Participação em reuniões técnicas no Departamento de Cooperação Técnica/CEDATE, para programação e avaliação do processo de acompanhamento do subprograma nas IES;

Assessoramento às IES conveniadas, sempre que por elas solicitado, em assuntos ligados à execução de eventos de DRH e financiamento de projetos pela CAPES;

Visita para assistência técnica "in loco" às universidades de Goiás, Pernambuco, Alagoas, Amazonas e Maranhão, para orientar a compatibilização das metas físicas à disponibilidade financeira do Programa.

Estudos para integrar as metas qualitativas e quantitativas dos projetos às metas qualitativas e instrumentais do Programa. Destaque-se que esse trabalho foi paralizado pela escassez de pessoal e a necessidade de engajamento e técnico responsável pela gestão desse projeto, em outros projetos da CBP.

Acompanhamento informal e à distância da execução do Programa no CEDATE e nas IESs, face ao volume de trabalho na CBP e à impossibilidade de liberação do técnico para participar de visitas às IES, promovidas pelo CEDATE, a fim de atender ao Plano Anual de Assessoramento Técnico às IESs conveniadas.

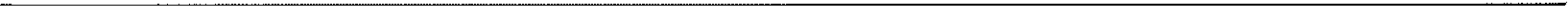
Ressalte-se que, por determinação do CEDATE, a CAPES, na condição de co-gestora do Subprograma de Capacitação de Recursos Humanos, está isenta de tarefas no processo de Avaliação de Meio-Termo e Avaliação do impacto do Programa.

Considerando-se que o ano de 1988 foi para o Projeto MEC BID III um ano crítico, devido às crises institucionais do CEDATE, às dificuldades do governo brasileiro em liberar a contrapartida nacional dos recursos dos acordos, e às flutuações na negociação da prorrogação da vigência do convênio, entre outros fatores, pode-se afirmar que a atuação da CAPES, embora discreta, foi importante para estimular as IESs a darem continuidade aos seus programas institucionais de DRH. Entretanto, está sendo perdido o esforço evidenciado em 1986, quando cada IES conveniada definiu sua política de DRH e, em função dela, elaborou seu Plano Institucional de DRH. É lamentável que mais um trabalho concentrado para o desencadeamento de um processo consistente e consequente de Desenvolvimento de Recursos Humanos das Universidades Federais que articula e integra os segmentos docentes e técnico-administrativo se perca no tempo.

Urge destacar que, em 1986, a CAPES estimulou as IESs conveniadas no MEC BID III a firmarem um protocolo de Intercâmbio Interinstitucional para consolidação do processo de DRH, deflagrado a partir de 1986 nessas universidades. Como resultado desse trabalho, foi elaborado o Projeto do Curso de Especialização em Planejamento de Recursos Humanos, coordenado pela Universidade Federal do Maranhão, financiado através do Ministério da Educação pelo Programa de Cooperação Técnica Nacional (apoio financeiro) e o PICD (bolsa especialização). O referido curso teve início no 2º semestre/88 e se encontra em execução.

Outro produto desse trabalho foi o Programa de Cooperação Técnica na área de Educação, coordenado pela Universidade Federal Fluminense, financiado igualmente pelo MEC, através do Programa de Cooperação Nacional que teve início em 1988, envolvendo as IESs conveniadas no Projeto MEC BID III e outras instituições de ensino superior.

AÇÕES DE FOMENTO



3. Ações de Fomento

Num sentido mais amplo, grande parte das atividades e programas da CAPES representam uma ação de fomento e estímulo à pós-graduação brasileira. É o caso, por exemplo, da concessão de bolsas de estudo - instrumento privilegiado para assegurar a existência do ensino e da pesquisa em padrões de qualidade capazes de atender às necessidades científicas e tecnológicas do País. Em sentido restrito, a ação de fomento gerada pela CAPES centra-se no seguinte: apoio à infra-estrutura e consolidação dos cursos, a programa de fomento para a pós-graduação e cooperação técnica nacional e internacional.

3.1. Programa de Apoio à Infra-Estrutura dos Cursos de Pós-Graduação

O Programa de Apoio à Infra-Estrutura dos Cursos de Pós-Graduação consiste na alocação de recursos financeiros para a manutenção da infra-estrutura dos cursos de mestrado e doutorado, considerados como consolidados no processo de avaliação mantido pela CAPES. Com este programa, a CAPES procura assegurar aos cursos um mínimo de independência financeira, reduzindo-lhes a necessidade de obter recursos de outras agências federais de Ciência e Tecnologia, independentemente da apresentação de projetos anualmente renegociados.

Desta forma, o programa beneficia os melhores cursos de pós-graduação do país - conceitos A e B na avaliação - concedendo-lhes recursos de capital e custeio de forma totalmente automática.

Foram aplicados pelo Programa recursos da ordem de CZ\$... 2.563.568.479,00, para o apoio a 534 cursos de pós-graduação.

Por ser este um Programa indutivo, não existe atendimento à demanda. O problema existente é apenas de disponibilidade de recursos. No ano de 1988, o Programa teve apenas uma etapa. Do total de recursos liberados no exercício, CZ\$ 332.201.497,00 foram aplicados no financiamento da 2ª etapa de 1987.

3.2. Programa de Apoio à Consolidação dos Cursos

É destinado, pelo Programa, um apoio financeiro para os cursos de pós-graduação com desempenho médio na Avaliação da CAPES - conceito "C" -

(excepcionalmente para cursos com desempenho "D"), visando estimular a sua melhoria e consolidação. (Da mesma maneira, o Programa de Apoio à Infra-Estrutura destina apoio financeiro para cursos com conceito "A" e "B" na Avaliação da CAPES).

Foram aplicados, em 1988, recursos da ordem de CZ\$... 462.184.940,00, para o apoio a 142 cursos em fase de consolidação.

Por ser este um programa indutivo, não se atende diretamente a demandas. O problema existente é a disponibilidade de recursos, que permite ou não que o Programa tenha uma ou mais etapas durante o ano. No ano de 1988, foi operacionalizada apenas uma etapa, uma vez que do montante de recursos liberados, CZ\$ 47.979.440,00 foram aplicados no pagamento dos convênios da 2ª etapa de 1987.

3.3. Programa de "Fomento à Pós-Graduação"

As ações de fomento da CAPES são complementares de seus outros programas, mormente aquelas vinculadas ao Programa de Apoio à Infra-estrutura e ao Programa de Apoio à Consolidação de Cursos. Através do Programa de Fomento à Pós-Graduação, são atendidas as necessidades de contingência dos cursos (recursos de pequena monta), tais como: Reuniões, Congressos, Simpósios, bem como auxílios emergenciais aos cursos de pós-graduação já recomendados pelo GTC.

Foram apoiadas 269 instituições de ensino superior e os recursos aplicados foram da ordem de CZ\$ 808.562.018,00.

Os julgamentos e as concessões para o Programa acontecem ao longo de todo o ano e o orçamento de 1988 atendeu, aproximadamente, 70% da demanda.

3.4. Apoio a Cursos de Pós-Graduação "Lato Sensu"

Além dos seus programas mais tradicionais de formação de recursos humanos, a CAPES mantém uma linha de apoio a cursos de pós-graduação "lato sensu" (aperfeiçoamento e especialização), visando à qualificação docente e

profissional onde as alternativas de mestrado e doutorado não se justificam.

Foram apoiados 279 cursos de aperfeiçoamento e especialização e os recursos aplicados foram da ordem de CZ\$ 87.358.182,00. Esta meta foi totalmente cumprida. Entretanto, em virtude da escassez de recursos financeiros, deixou de ser atendida parcela relativa a 32% da demanda global dos cursos de pós-graduação "lato-sensu" que recorreram à CAPES, visando obter apoio financeiro para o exercício de 1988.

Alguns cursos tiveram dificuldades em dar prosseguimento às atividades normais acadêmicas, uma vez que os recursos foram enviados com certo atraso e corroídos pelo elevado processo inflacionário.

Na medida em que as disponibilidades financeiras anuais o permitam, a CAPES também considera o atendimento a outras modalidades de solicitações, tais como: concessão de passagens aéreas para a vinda ao Brasil de professores visitantes estrangeiros, apoio a reuniões científicas e pequenos auxílios às pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação que venham apresentando um bom desempenho, sobretudo quando coordenam um grande número de programas cuja atuação envolva ações de controle e auto-avaliação que favoreçam uma melhor articulação com as agências de fomento.

Também com o objetivo de estimular a consolidação e o fortalecimento de grupos de pesquisa emergentes, ou que ainda não disponham de suficiente massa crítica, a CAPES apoia projetos de cooperação técnica nacional. Estes projetos envolvem convênios com instituições de comprovada tradição científica que, preferencialmente, mantenham cursos de mestrado e doutorado. As instituições comprometem-se a prestar cooperação técnica para o desenvolvimento de pesquisas e atividades de ensino.

3.5. Programa de Professores Visitantes Nacionais e Estrangeiros

No caso do Programa de Professores Visitantes Nacionais e Estrangeiros, não há meta física estabelecida. Os julgamentos e concessões se dão ao longo do ano. O número de concessões é função do orçamento do programa.

Foram aplicados, em 1988, recursos da ordem de CZ\$...
17.975.278,09.

Foram concedidas, para Visitantes Estrangeiros, 154 passagens durante todo o exercício. Houve um aumento significativo da demanda por parte das Instituições. Em relação aos Visitantes Nacionais, foram concedidas 200 passagens; e as concessões foram feitas baseadas no mérito das propostas.

3.6. Programa de Apoio à Pró-Reitorias

O Programa atendeu plenamente os serviços de apoio às atividades dos cursos de Pós-Graduação, aperfeiçoando o gerenciamento das Pró-Reitorias ainda não consolidadas. Foram aplicados recursos da ordem de CZ\$... 143.185.066,00, para o apoio a 54 instituições de ensino superior.

3.7. Programa de Cooperação Técnica Nacional

Entre os 40 projetos em carteira, foram deferidos 32, pela disponibilidade de recursos e pela natureza e qualidade dos mesmos. Entre os deferidos, apenas 29 receberam auxílio financeiro, porque duas Instituições decidiram, devido a razões internas, não executar os projetos.

Os recursos foram liberados via FNDE até dezembro/88. Ocorreu atraso nessa liberação, por força do volume de trabalho no FNDE, inexistência de fundos, paralização dos servidores e demora na devolução dos Convênios por parte das Instituições interessadas.

Foram aplicados no Programa recursos no valor de CZ\$... 49.110.282,59, para o apoio a 29 projetos.

PROJETOS ESPECIAIS

4. Projetos Especiais

4.1. Subprograma Educação para a Ciência - SPEC

O Subprograma Educação para a Ciência (SPEC), que visa apoiar projetos na área do ensino de Ciência e de Matemática, iniciou suas atividades de 1988 com uma proposta de mudança de estratégia nas suas ações. Isto porque 69 projetos estariam encerrando suas atividades e não poderiam concorrer a um novo financiamento, enquanto não se concluíssem as negociações do PADCT com o Banco Mundial.

Desta forma, o Subprograma criou duas linhas de ação: Redes de Disseminação e Cooperação Internacional. A primeira com o objetivo de multiplicar, em todo o País, experiências bem sucedidas; e a segunda, de proporcionar o intercâmbio de idéias com outros países. A concepção desta proposta baseiou-se na maior racionalização de recursos, descentralização de decisões e maior responsabilidade das instituições proponentes.

Além das novas linhas de ação mencionadas, o Subprograma continuou apoiando 85 projetos. Estes, como os outros projetos do SPEC, visam à melhoria do ensino de Ciências e de Matemática, prioritariamente no 1º, e no 2º grau; e são desenvolvidos por professores dos três graus de ensino, em instituições localizadas em 55 cidades de 22 estados brasileiros (excetuando-se Acre, Amapá, Maranhão e Rondônia).

O Quadro abaixo, mostra a distribuição dos projetos por região e recursos repassados.

QUADRO I

Região	Recursos Repassados/88
N	37.649.462,31
NE	22.502.867,00
CO	11.566.406,00
SE	88.138.857,00
S	45.456.872,00
TOTAL	205.314.464,31

4.1.1. Redes de Disseminação

As Redes visam a disseminação dos melhores resultados alcançados pelos Projetos do SPEC. Das propostas apresentadas, sete foram recomendadas, com início previsto para 1989. O Quadro abaixo demonstra a distribuição das rodas por região e o montante de recursos aprovados.

QUADRO II

Região	Quantidade	Recursos Aprovados em 88 p/89
NE	1	65.402,00
SE	4	518.804,45
S	2	281.734,54
TOTAL	7	865.940,99

4.1.2. Cooperação Internacional

O Programa de Cooperação Internacional visa ao desenvolvimento de pesquisas, a implantação de experimentos pilotos, bem como ao incentivo e a realização de pesquisa básica ou aplicada em Ensino de Ciências e de Matemática, através do intercâmbio entre grupos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

No ano de 1988, foram recomendados 5 projetos de Cooperação Internacional, visando a integração da UNICAMP, da USP e da UFPE com instituições inglesas e americanas; e perfazendo um montante de CZ\$ 308.500.000,00. Os projetos serão iniciados no ano de 1989.

4.1.3. Projetos Individuais

Os projetos que por suas peculiaridades não se integraram de maneira natural em uma rede, puderam apresentar propostas individuais. Desta maneira, 3 propostas foram recomendadas em 1988 para iniciarem suas atividades em 1989, conforme Quadro a seguir:

QUADRO III

Região	Quantidade	Recursos Aprovados 88 p/89
NE	2	28.783.050,00
SE	1	37.020.000,00
TOTAL	3	65.803.050,00

4.1.4. Projetos de Reprogramação de Metas

Os projetos que não participaram ou que não tiveram suas propostas recomendadas para nenhuma das modalidades já mencionadas, apresentam propostas para reprogramação de suas metas, visto que ainda dispunham de recursos de defasagem. Das 9 propostas apresentadas, 7 foram recomendadas pelo Comitê Assessor, conforme mostra o Quadro abaixo:

QUADRO IV

Região	Quantidade	Recursos Aprovados 88 p/89
N	01	14.262.140,00
NE	03	22.807.760,00
CO	01	17.538.760,00
SE	03	36.639.670,00
TOTAL	08	91.247.850,00

4.1.5. Bolsas de Estudo

Além do financiamento de projetos, o SPEC apoiou também bolsas de estudos para estudantes de Pós-Graduação no País e no Exterior (veja Quadros V e VI).

QUADRO V

NO PAÍS				
Região	IES	Nº Bolsas	Nível	Área
SE	USP	12	Mestrado	Ensino de Ciências
	UNESP	01	Mestrado	Ensino de Física
S	UFSC	12	Mestrado	Educação Matemática
	UFSM	01	Mestrado	Educação

QUADRO VI

NO EXTERIOR				
PAÍS	NÍVEL			ÁREA
	M	D	PD	
ALEMANHA		1		Educação/Matemática
BÉLGICA		1		Educação Ambiental
			1	Educação Matemática
CANADÁ	1		1	Educação Matemática
		1		Ensino de Ciências
FRANÇA		8		Ensino de Ciências - 03 Ensino de Física - 02 Educação/Matemática - 03
GRÃ BRÉ TANHA	2			Ensino de Ciências - 01
				Educação - 01
		11		Ensino de Ciências - 03
				Ensino de Física - 02
				Ensino de Química - 02
				Educação Matemática - 04
			1	Psicologia
HOLANDA		1		Educação/Matemática
U.S.A	1			Educação/Matemática
				Educação Matemática - 04
		8		Ensino de Física - 01
				Ensino de Ciências - 01
				Educ. Ensino Aprendiz. - 02
			1	Ensino de Física

4.1.6. Eventos

O SPEC financiou, em 1988, os seguintes eventos:

QUADRO VII

LOCAL	NOME DO EVENTO	RECURSOS
LONDRINA PR	VI Simpósio Sul Brasileiro de Ensino de Ciências e Matemática	7.940.000,00
SÃO PAULO SP	III Encontro Perspectivas do Ensino de Biologia	537.500,00
SÃO PAULO SP	Programa de Olimpíadas de Matemática	1.989.990,00
NATAL/RN	II Encontro Norte-Nordeste de Ensino de Ciências e de Matemática	11.812.160,00
TOTAL		22.279.160,00

4.1.7. Informe Educação & Ciência

O SPEC publica o Informe Educação & Ciência, que visa preencher as necessidades de divulgação das suas experiências, além da divulgação de diretrizes e avaliações originadas da coordenação do SPEC e de seu Grupo Técnico, Comitê Assessor e Comitê de Avaliação. Em 1988, foi publicado o Informe correspondente ao Volume 2, número 3, jul/Dez 88.

4.1.8. Educação Científica para os Meninos de Rua de Brasília

A Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE/CAPES) iniciou, em 1988, o Projeto de Administração Direta "Educação Científica para Meninos de Rua de Brasília", gerenciado pela própria CAPES. Foram desenvolvidas as seguintes atividades: elaboração do Projeto e processo de aquisição de equipamento (microcomputadores para atendimento aos cursos do Projeto)

4.1.9. Projetos Recomendados Segundo as Novas Estratégias de Ação (Quadro-Resumo)

Com exceção dos 85 Projetos de Continuidade (aprovados pelos Editais 01/85 e 01/86), o Quadro-Resumo a seguir mostra os projetos recomendados segundo as novas estratégias de ação.

QUADRO VIII

MODALIDADE	REGIÃO	QUANTIDADE
Rede	Sul	2
	Sudeste	4
	Nordeste	1
Individuais	Sudeste	1
	Nordeste	2
Cooperação Internacional	Sudeste	4
	Nordeste	1
Reprogramação de Metas	Norte	1
	Nordeste	3
	C. Oeste	1
	Sudeste	3

4.1.10. Resultados alcançados no exercício

Ampliação do espectro de atuação do SPEC de projetos de pequeno e médio porte para projetos de grande porte.

Implantação de uma nova metodologia de ação, para os projetos de Rede e Cooperação Internacional.

Descentralização do nível de decisão do Subprograma da coordenação central para as coordenações dos projetos.

Dinamização em termos de incentivos e feiras, simpósios, seminários, financiados total ou parcialmente pelo SPEC.

Ampliação do número de bolsistas no exterior, atualmente cursando Mestrado, Doutorado e Pós Doutorado.

Consolidação de grupos que visam à disseminação dos resultados obtidos nos projetos financiados pelo SPEC, de forma a alcançar o sistema de ensino de 1º e 2º graus.

O SPEC aplicou, em 1988, recursos no valor de CZ\$ 227.593.024,31, para o apoio a 108 projetos na área de ensino de Ciências e de Matemática.

4.2. Programa de Apoio aos Profissionais da Saúde - PAPS

O Programa de Apoio aos Profissionais da Saúde (PAPS) está sendo desenvolvido pela CAPES/MEC desde setembro de 1987. Os recursos do Programa são da ordem de US\$ 3,161.766,44, estando assim distribuídos:

A CAPES aloca o montante de US\$ 2.140.766,44, dos quais US\$... 500.000,00 são para os Projetos, US\$ 1.154,170,85 para bolsas de graduação e US\$ 486.595,59 para bolsas de especialização. A Fundação W.K.Kellogg, que está apoiando financeiramente o Programa por três anos, fez a doação de US\$... 1.021.000,00 para o desenvolvimento dos Projetos.

O Objetivo do Programa é o de promover, em colaboração com os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, a melhoria de atendimento às necessidades da saúde da população. Desde setembro de 1988, os recursos do PAPS vêm sendo repassados aos seus Centros Estaduais, os quais têm como responsabilidade principal colaborar na elaboração e implementação de um plano ou projeto estadual de formação de recursos humanos para a Saúde, de forma articulada com as Comissões Interinstitucionais de Saúde (CIS) e com os Núcleos de Recursos Humanos que funcionam em colaboração com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ).

No período que vai de julho de 87 a dezembro de 1988, foram realizados os seguintes eventos, coordenados pela CPE: reunião para a elaboração da Sistemática Operacional do Projeto, quando foi elaborado um Roteiro pa

ra Elaboração de Projetos; visitas aos Centros com o objetivo de apresentar e discutir a nova proposta do programa, sua operacionalização e interação com o Programa de Apoio à Reforma Sanitária (PARES); reunião do Comitê Administrativo, quando o programa foi discutido e foram feitas sugestões para o Comitê Assessor e para as equipes estaduais; reunião do Comitê Assessor do Projeto com a finalidade de analisar as propostas apresentadas pelos Centros Estaduais, reunião de consultores com o Comitê Assessor, para explicitação dos critérios adotados na análise das propostas enviadas pelos centros; do resultado da análise feita pelo Comitê Assessor e do programa de Consultorias a ser elaborado; prestação de consultorias aos Centros Estaduais para elaboração ou reformulação das propostas não aceitas; e reunião do Comitê Assessor, com o objetivo de analisar as propostas reformuladas pelos Centros.

Os recursos repassados aos Centros, em 1988, foram da ordem de US\$ 411.951,18. Em maio de 1989 deverá ser repassado o montante de US\$... 291.425,38, incluídos, aī, os recursos para a concessão de 250 bolsas de graduação, cujo objetivo é o de estimular a participação dos estudantes em projetos inovadores, bem como de colocá-los em contacto com a realidade da área de Saúde, além de 80 bolsas de especialização para docentes que frequentam cursos de especialização em Saúde Pública, constantes da programação do PAPS.

Em 1988, o PAPS apoiou 17 Centros Estaduais que visam à consecução de projetos de integração docente-assistencial, onde foram aplicados recursos no valor de US\$ 411,950.18.

PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

5. Cooperação Internacional

Os programas de Cooperação Internacional decorrem de acordos bilaterais firmados entre o Brasil e outros países, e das atividades multilaterais com organismos internacionais. Os acordos envolvem várias formas de intercâmbio acadêmico, científico e tecnológico. Merecem destaque dois acordos selados por projetos especiais com a Alemanha e a França.

5.1. Acordo CAPES/DAAD

Em 1988, além das atividades regulares de intercâmbio de alunos de pós-graduação e docentes das universidades brasileiras e alemãs, foram introduzidas novas modalidades de intercâmbio, como o programa de bolsas, em áreas e cursos específicos voltados para os países em desenvolvimento.

Iniciou-se, também, a concretização da cooperação entre as universidades tecnológicas da República Federal da Alemanha e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) do Brasil.

Dentro do programa de bolsas CAPES/DAAD, 40 novos bolsistas foram à RFA, em 1988, perfazendo um total de 143 estudantes brasileiros participantes do programa. Quanto à estudantes alemães em universidades brasileiras, 12 bolsistas realizaram pesquisas no Brasil, com vistas à elaboração de suas teses de doutorado.

O Convênio CAPES/DAAD atingiu plenamente seus objetivos, mostrando sinais de vitalidade e perspectivas de maior desenvolvimento.

O intercâmbio de pesquisadores alcançou maior equilíbrio quanto ao número de participantes de cada parte. Nos anos anteriores, havia um decréscimo de pesquisadores alemães no Brasil em relação aos brasileiros na RFA. Houve, também, um substancial aumento no número de docentes alemães em missão de longa duração no Brasil.

5.2. Acordo CAPES/COFECUB

O Acordo prevê a realização de projetos de cooperação inter-universitária, dentro do seguinte formato médio:

Duas missões de trabalho no sentido Brasil/França, integradas por pesquisadores seniors.

Duas missões de estudo destinadas a professores em fase de formação

Missões de Doutorado integradas por candidatos a doutorado na universidade participante do lado francês.

O Acordo CAPES/COFECUB permite a associação entre universidades de cada país.

Dos 47 projetos inter-universitários em desenvolvimento, participam 22 unidades brasileiras e 20 universidades francesas, com a seguinte distribuição por área de conhecimento:

Ciências Exatas e da Terra	- 10 projetos
Ciências da Saúde	- 03 "
Ciências Biológicas	- 06 "
Engenharias	- 10 "
Ciências Agrárias	- 04 "
Ciências Sociais	- 04 "
Ciências Humanas	- 09 "

5.3. Outros Acordos

Em 1988, foi firmado e divulgado em todo o País um Convênio de Cooperação entre o Conselho Britânico e a CAPES, com o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico de instituições de ensino brasileiras e britânicas. Como resultado desta ação, foram apresentados 36 projetos, dos quais 13 foram recomendados para receber apoio financeiro.

No âmbito do Acordo com a Bélgica, foram concedidas 6 bolsas de estudo para brasileiros e reafirmado o interesse belga na cooperação inter-universitária.

versitária, nas áreas de Biotecnologia, Inteligência Artificial, Economia e Novos Materiais.

O Governo português concedeu 9 bolsas de pós-graduação para estudantes brasileiros pelo Acordo Brasil/Portugal.

A CAPES manteve vários contatos com organismos internacionais (OEA, UNESCO, FAO, SELA, ROSTLAC, CLASCO e outros), visando ao estabelecimento de objetivos comuns e ao desenvolvimento de mecanismos de cooperação entre organismos de pesquisa, órgãos estatais e agências financiadoras.

5.4. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC

O PEC possibilita a oferta de vagas disponíveis nos cursos de graduação para estudantes de países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas.

Em função de necessidades específicas, a partir de 1988, o Programa contou com um sistema de informações que possibilitou: maior rapidez e eficiência no levantamento de número de vagas disponíveis em cada instituição; melhor controle no aproveitamento das vagas; acompanhamento da vida acadêmica do estudante-convênio; e cadastramento individual do estudante estrangeiro em universidades brasileiras. Atualmente, participam do programa 6.000 estudantes-convênio.

5.5. Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação - PEC/PG

O PEC/PG possibilita a oferta de vagas disponíveis nos programas de pós-graduação para candidatos de países da América Latina e África. Apresenta perspectivas importantes, por abrir o Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro para estudantes de países em desenvolvimento. Os candidatos são selecionados pelas embaixadas do Brasil no exterior, obedecidos os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação do Brasil. Para 406 vagas oferecidas em 1988, foram selecionados 139 candidatos, dos quais se matricularam 134. O programa envolve anualmente 47 países, 33 instituições de ensino superior, 20 programas de pós-graduação e um quadro total de 160 alunos estrangeiros.



SERVIÇOS

6. Serviços

Além dos trabalhos que se constituem como atividades-fim, a CAPES opera diretamente, ou apóia a operação, de serviços voltados às atividades de ensino ou pesquisa. Dentre essas ações, merecem destaque o COMUT - Serviço de Comutação Bibliográfica, e o Programa de Informatização das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação.

6.1. Serviço de Comutação Bibliográfica (COMUT)

O COMUT é um serviço operado diretamente pela CAPES, com base em um convênio com o CNPq/IBICT, que abrange uma rede nacional de mais de 800 bibliotecas universitárias. O serviço permite atender as solicitações, feitas por docentes e pesquisadores de todo o País, de cópias de artigos especializados disponíveis nessas bibliotecas. A operação do sistema se dá através das bibliotecas-solicitantes, as quais recebem os pedidos dos usuários e os encaminham a uma Biblioteca-Base que, por via postal, atende ao usuário.

O COMUT possui uma Comissão Consultiva, uma Comissão Executiva e uma Secretaria Executiva. A Secretaria Executiva é sediada na CAPES e encarrega-se de todas as tarefas concernentes à operação do Programa.

Em 1988, o COMUT atendeu 120.554 solicitações e aplicou recursos no valor de CZ\$ 8.580.700,00.

A Secretaria Executiva do COMUT realizou, em 1988, as atividades que não dependem dos serviços de automação, ainda em fase de implantação.

As greves nas universidades, correios e ministérios comprometeram os serviços como um todo. Apesar disso, várias instituições filiaram-se ao COMUT e o número de solicitações aumentou, evidenciando que o serviço de comutação é reconhecido e necessário.

6.2. Programa de Informatização das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação

O Programa de Informatização das Pró-Reitorias visa dotar esses órgãos universitários de capacidade para gerar em computador as informações e dados necessários ao processo de acompanhamento e avaliação da pós-graduação

e da pesquisa. O papel da CAPES se limita a conceder os meios necessários (equipamento e software) e orientar os procedimentos de coleta e tratamento das informações.

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - 1988

Em Cruzados

DISCRIMINAÇÃO	O R Ç A M E N T O				
	Inicial	Suplementação	Outros	Total	Executado
1 - PESSOAL	46.077.000	157.506.000	-	203.583.000	196.548.246,88
2 - ADMINISTRAÇÃO	32.894.000	56.105.174	145.770.950	234.770.124	165.058.044
3 - BOLSAS (País e Exterior)	5.406.140	28.492.752	114.310.340	148.209.232	28.522.426.983
4 - AUXÍLIO AOS CURSOS					
4.1 - Custeio	964.409.000	1.604.000.000	661.800.000	3.230.209.000	2.870.297.598
4.2 - Capital	472.619.000	1.069.600.000	481.600.000	2.023.819.000	1.773.576.117
TOTAL	1.521.405.140	2.915.703.926	1.403.481.290	5.840.590.356	33.527.906.988,88

RELAÇÃO DOS TRABALHOS E RELATÓRIOS TÉCNICOS
ELABORADOS NA CAPES EM 1988

Relação dos trabalhos e relatórios técnicos elaborados na CAPES em 1988

1. Proposta para o dimensionamento e distribuição de recursos para a aquisição de equipamentos e instalações físicas para a área de informática - 16 páginas.
 2. Programa de Apoio aos Parques Tecnológicos - CAPES/SESu/MEC - 7 páginas.
 3. Programa de Cooperação Técnica Nacional - PCTN/CAPES-88 - 5 páginas.
 4. Processos de financiamento à pesquisa e/ou pós-graduação - 7 páginas.
 5. Programa de Aperfeiçoamento Interno - PAI/CAPES - 14 páginas
 6. Programa MEC (SESu/CAPES)/IEL de bolsas para estudantes de graduação - Integração Universidade/Empresa - 7 páginas.
 7. O FNDCT e o financiamento federal à C & T no Brasil - 20 páginas.
 8. A universidade pública, a formação de quadros e o País -
 9. "Há produção científica no Brasil?" Atualização e crítica: uma contribuição para o processo de Avaliação & Perspectivas - 56 páginas.
 10. Programa de Bolsas MCT/CNPq e MEC/CAPES - sumário - 15 páginas.
-